

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	9
PRÓLOGO	11
NOTA DO AUTOR AO V. 1, 5ª EDIÇÃO	13
OUTRAS OBRAS DO AUTOR PUBLICADAS PELA THOMSON REUTERS REVISTA DOS TRIBUNAIS	15

PARTE I FUNDAMENTOS DO DIREITO PENAL

1. DIREITO PENAL: CONCEITO, OBJETO E CONTEÚDO	33
1.1. Considerações iniciais.....	33
1.2. Direito Penal: conceito e vínculo constitucional.....	34
1.3. Direito Penal objetivo e subjetivo.....	37
1.4. Direito Penal comum e Direito Penal especial.....	38
1.5. Ciências penais e ciências auxiliares do Direito Penal	38
1.6. O panorama atual do Direito Penal: expansionismo, internacionalização e vertentes punitivistas.....	42
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL	45
2.1. Considerações iniciais.....	45
2.2. Princípio da legalidade.....	47
2.3. Princípio da irretroatividade da lei penal.....	50
2.4. Princípio da intervenção penal mínima	50
2.5. Princípio da insignificância.....	51
2.6. Princípio da ofensividade	53
2.7. Princípio da culpabilidade.....	54
2.8. Princípio da proporcionalidade.....	55
2.9. Princípio da humanidade das penas	56

3.	HISTÓRIA DO DIREITO PENAL	59
3.1.	Considerações iniciais.....	59
3.2.	Origem do Direito Penal.....	59
3.2.1.	Os antecedentes romano-germânicos.....	60
3.2.1.1.	Roma antiga.....	61
3.2.1.2.	Povos germânicos.....	62
3.2.2.	O período medieval.....	63
3.2.3.	Período codificador.....	65
3.2.4.	O Direito Penal hodierno.....	66
3.3.	Direito Penal brasileiro.....	66
3.3.1.	O período colonial.....	66
3.3.2.	Código Criminal do Império (1830).....	67
3.3.3.	Código Penal Republicano (1890).....	68
3.3.4.	Consolidação das Leis Penais (1932).....	68
3.3.5.	Código Penal de 1940.....	68
3.3.6.	Reforma Penal de 1984.....	69
3.3.7.	O quadro legislativo posterior.....	69
4.	EVOLUÇÃO EPISTEMOLÓGICA DO DIREITO PENAL	71
4.1.	Considerações iniciais.....	71
4.2.	Primeira fase epistemológica: escolas penais.....	72
4.2.1.	Escola Clássica.....	72
4.2.2.	Escola Positiva.....	73
4.2.3.	Escola Crítica.....	75
4.2.4.	Escola Moderna Alemã.....	75
4.2.5.	Escola Correcionalista.....	76
4.2.6.	Escola Penal Humanista.....	76
4.2.7.	Escola Técnico-Jurídica.....	77
4.2.8.	Movimento de Defesa Social.....	77
4.3.	Refinamento epistemológico no pós-positivismo.....	78
4.3.1.	Neokantismo.....	78
4.3.2.	Escola de Kiel.....	79
4.3.3.	Finalismo.....	79
4.3.4.	Funcionalismo.....	81
4.4.	A evolução epistemológica do Direito Penal no Brasil.....	82
4.5.	Destaque esquemático.....	84
5.	FONTES, INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO PENAL	87

5.1.	Considerações iniciais.....	87
5.2.	As fontes do Direito Penal.....	87
5.3.	Analogia e Direito Penal	89
5.4.	O papel da jurisprudência perante o Direito Penal.....	90
5.4.1.	Casos criminais emblemáticos no STF	91
5.4.1.1.	Caso Ellwanger.....	91
5.4.1.2.	Criminalização da “homofobia”.....	92
5.4.1.3.	Injúria racial	94
5.4.2.	Súmulas e súmulas vinculantes em matéria penal	95
5.5.	As regras de interpretação da lei penal	96
5.6.	Concurso aparente de normas.....	97
5.6.1.	Critérios para a solução do conflito aparente de normas	99
5.6.2.	Compreensões monistas quanto ao tema	101
6.	LEI PENAL NO TEMPO	103
6.1.	Considerações iniciais.....	103
6.2.	Princípios da lei penal no tempo.....	104
6.3.	Conflito de leis penais no tempo	104
6.4.	Conjugação de leis penais.....	105
6.5.	Leis excepcionais e temporárias	107
6.6.	Norma penal em branco	107
6.7.	Tempo do crime.....	109
7.	LEI PENAL NO ESPAÇO	111
7.1.	Considerações iniciais.....	111
7.2.	Lugar do crime.....	112
7.3.	Territorialidade.....	113
7.4.	Extraterritorialidade.....	113
7.5.	Pena cumprida no estrangeiro e eficácia de sentença estrangeira	115
7.6.	Crimes internacionais e Tribunal Penal Internacional (TPI).....	118
7.6.1.	Conceito e classificação dos crimes internacionais	119
7.6.2.	Estrutura dos crimes internacionais	120
7.6.3.	O Tribunal Penal Internacional (TPI).....	121
8.	LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	123
8.1.	Considerações iniciais.....	123
8.2.	Imunidades substanciais e formais	123
8.2.1.	Imunidades substanciais	124
8.2.2.	Imunidades formais	125
8.3.	Extradicação.....	127

PARTE II

TEORIA GERAL DO DELITO

9.	CONCEITO DE CRIME	133
9.1.	Considerações iniciais.....	133
9.2.	Conceitos legal e formal	134
9.2.1.	Contravenção penal	134
9.3.	Conceito material	138
9.3.1.	Evolução da teoria do bem jurídico	138
9.4.	Conceito analítico	143
9.5.	Classificação dos crimes	144
9.5.1.	Quanto ao resultado	145
9.5.2.	Quanto às características exigidas dos agentes	145
9.5.3.	Quanto ao número de agentes	145
9.5.4.	Quanto ao fracionamento da conduta	146
9.5.5.	Quanto à sua completa realização.....	146
9.5.6.	Quanto à duração do momento consumativo	146
9.5.7.	Quanto ao elemento subjetivo.....	147
9.5.8.	Quanto à modalidade de conduta	148
9.5.9.	Quanto à lesividade ao bem jurídico	148
9.5.10.	Quanto à quantidade de bens jurídicos atingidos	148
9.5.11.	Quanto à singularidade da figura delitiva	149
9.5.12.	Quanto à quantidade de ações descritas no tipo	149
9.5.13.	Outras catalogações dogmáticas.....	149
	9.5.13.1. Crime exaurido	149
	9.5.13.2. Crime habitual	150
	9.5.13.3. Crimes qualificados e privilegiados	150
	9.5.13.4. Crimes progressivos e progressão criminosa.....	150
	9.5.13.5. Crime de ensaio.....	151
	9.5.13.6. Crimes de atentado.....	151
	9.5.13.7. Crimes hediondos	151
	9.5.13.8. Crimes equiparados a hediondos	156
9.6.	Destaques esquemáticos	156
10.	CONDUTA HUMANA	159
10.1.	Considerações iniciais.....	159
10.2.	Evolução das teorias da ação.....	162
10.2.1.	Teoria causalista da ação.....	162
10.2.2.	Teoria finalista da ação	163
10.2.3.	Teoria social da ação.....	166
10.2.4.	A postura doutrinária posterior	166

10.2.4.1.	Teoria da ação significativa	168
10.2.4.2.	O quadro atual da matéria.....	169
10.2.4.3.	Ausência de ação e omissão	169
10.3.	Destaque esquemático	171
11.	OMISSÃO	173
11.1.	Considerações iniciais.....	173
11.2.	Breve histórico dos crimes omissivos.....	174
11.3.	Delineamentos dogmáticos gerais	175
11.3.1.	Crimes omissivos próprios (ou puros).....	178
11.3.2.	Crimes omissivos impróprios (ou impuros ou comissivos por omissão).....	180
12.	NEXO CAUSAL	185
12.1.	Considerações iniciais.....	185
12.2.	Teorias sobre o nexo de causalidade	186
12.2.1.	Teoria da equivalência das condições (<i>conditio sine qua non</i>)	186
12.2.2.	Teoria da causalidade adequada	189
12.3.	Outras teorias	190
12.4.	Posição do Direito Penal brasileiro e considerações críticas.....	191
12.5.	Causalidade na omissão	193
12.6.	Causalidade nos delitos culposos.....	194
12.7.	Teoria da imputação objetiva	195
13.	TIPO E TIPICIDADE	201
13.1.	Considerações iniciais.....	201
13.2.	Evolução da teoria do tipo	201
13.3.	Tipo e tipicidade.....	206
13.3.1.	Contornos e classificações dos tipos	207
13.3.2.	Funções do tipo penal	209
13.3.3.	Elementos estruturais do tipo	210
13.3.3.1.	Elementos objetivos-descritivos.....	210
13.3.3.2.	Elementos normativos.....	210
13.3.3.3.	Elementos subjetivos.....	212
13.3.4.	Tipos abertos.....	213
13.4.	Questões correlatas	214
13.4.1.	Teoria da adequação social.....	214
13.4.2.	Tipicidade conglobante.....	215
14.	DOLO E CULPA	217
14.1.	Considerações iniciais.....	217

14.2.	Noção clássica: dolo e culpa como elementos da culpabilidade	217
14.3.	Noção neoclássica: dolo e culpa e axiologia.....	218
14.4.	Finalismo: dolo e culpa na ação	219
14.5.	Pós-finalismo: normativização do dolo.....	220
14.6.	Dolo e culpa: delimitações e tratamento no Direito Penal brasileiro.....	220
14.6.1.	Dolo.....	221
14.6.1.1.	Elementos do dolo	221
14.6.1.2.	Espécies de dolo	222
14.6.2.	Culpa.....	222
14.6.2.1.	Requisitos da culpa.....	224
14.6.2.2.	Modalidades de culpa	225
14.6.2.3.	Espécies de culpa.....	226
14.7.	Os limites do dolo eventual e da culpa consciente.....	226
14.8.	Outros aspectos dogmáticos do tema: preterdolo, erro e culpa imprópria	230
14.9.	Cegueira deliberada.....	230
15.	ANTI JURIDICIDADE.....	233
15.1.	Considerações iniciais.....	233
15.2.	A evolução da compreensão de antijuridicidade	234
15.3.	Terminologia.....	237
15.3.1.	Antijuridicidade formal e antijuridicidade material	238
15.3.2.	Antijuridicidade material e infração de deveres	239
15.3.3.	Antijuridicidade genérica e antijuridicidade específica.....	241
15.4.	Antijuridicidade e desvalor da ação e desvalor do resultado	242
16.	EXCLUSÃO DA ANTI JURIDICIDADE: AS CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO	245
16.1.	Considerações iniciais.....	245
16.2.	Exclusão da antijuridicidade: sistemática das causas de justificação.....	246
16.2.1.	Elementos objetivos e subjetivos das causas de justificação.	249
16.2.2.	Causas supral legais de justificação	249
16.2.3.	Excesso nas causas de justificação	250
16.2.4.	Espécies de causas de justificação	251
16.2.4.1.	Estado de necessidade	251
16.2.4.1.1.	Requisitos do estado de necessidade.....	252
16.2.4.1.2.	Teorização do estado de necessidade.....	253
16.2.4.2.	Legítima defesa.....	254
16.2.4.2.1.	Considerações gerais	255

	16.2.4.2.2.	Contornos dogmáticos	255
		16.2.4.2.2.1. Requisitos da legítima defesa.....	256
		16.2.4.2.2.2. Espécies e limites da legítima defesa ...	256
		16.2.4.2.2.3. A previsão do art. 25, parágrafo único, feita pela Lei Anticrime	257
	16.2.4.2.3.	Legítima defesa “ <i>da honra</i> ”	259
	16.2.4.3.	Estrito cumprimento de dever legal	261
	16.2.4.4.	Exercício regular de direito	262
	16.2.4.5.	Ofendículos	262
17.	CULPABILIDADE E CAUSAS DE EXCULPAÇÃO		265
17.1.	Considerações iniciais.....		265
17.2.	Terminologia: as diversas acepções de culpabilidade.....		266
17.3.	Evolução das teorias de culpabilidade		266
	17.3.1. Teoria psicológica da culpabilidade		266
	17.3.2. Teoria psicológico-normativa da culpabilidade		267
	17.3.3. Teoria normativa pura da culpabilidade		267
	17.3.4. Funcionalismo e culpabilidade.....		268
17.4.	Elementos da culpabilidade		269
	17.4.1. Imputabilidade.....		270
	17.4.2. Consciência potencial da ilicitude.....		270
	17.4.3. Exigibilidade de conduta conforme o Direito		271
17.5.	Causas de exclusão da culpabilidade		271
	17.5.1. Inimputabilidade.....		272
		17.5.1.1. Menoridade	272
		17.5.1.2. Doença mental	273
		17.5.1.2.1. Semi-imputabilidade.....	273
		17.5.1.3. Embriaguez	274
		17.5.1.4. Silvícolas e surdos-mudos não integrados à sociedade	275
	17.5.2. Coação moral irresistível e obediência hierárquica		275
	17.5.3. Emoção e paixão		275
	17.5.4. Cculpabilidade.....		276
18.	ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO		277
18.1.	Considerações iniciais.....		277
18.2.	Erro de fato e erro de direito.....		279

18.3.	Teorias do dolo e da culpabilidade	279
18.4.	Erro de tipo.....	281
18.4.1.	Erro de tipo essencial e acidental	282
18.4.2.	Descriminantes putativas	282
18.4.3.	Erro provocado por terceiro.....	282
18.4.4.	Formas diferenciadas de erro	283
18.4.4.1.	Erro sobre a pessoa.....	283
18.4.4.2.	Erro sobre o objeto	283
18.4.4.3.	Erro na execução.....	284
18.4.4.4.	Resultado diverso do pretendido	284
18.5.	Erro de proibição.....	285
18.5.1.	Erro de proibição direto	286
18.5.2.	Erro de proibição indireto e discrimina- ntes putativas fáticas.	287
18.5.3.	Erro mandamental.....	288
18.5.4.	Escusabilidade do erro	288
19.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	291
19.1.	Considerações iniciais.....	291
19.2.	Etapas do crime (<i>iter criminis</i>).....	292
19.3.	Crime consumado	295
19.4.	Tentativa	296
19.4.1.	Requisitos e punibilidade da tentativa.....	297
19.4.2.	Crimes que não admitem tentativa.....	299
19.5.	Desistência voluntária	301
19.6.	Arrependimento eficaz	303
19.7.	Arrependimento posterior	304
19.8.	Crime impossível	304
20.	CONCURSO DE AGENTES	309
20.1.	Considerações iniciais.....	309
20.2.	Teorias quanto ao concurso de agentes	310
20.3.	Requisitos do concurso de agentes	311
20.4.	Autoria.....	312
20.4.1.	Teoria adotada no Brasil.....	316
20.4.2.	Autoria mediata	316
20.5.	Coautoria	317
20.6.	Autoria colateral.....	318
20.7.	Participação.....	318
20.8.	Concurso de agentes em delitos culposos e omissivos.....	320
20.9.	Multidão delinquente	321

20.10.	Cooperação dolosamente distinta.....	322
20.11.	Comunicabilidade de circunstâncias.....	322
20.12.	Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	324

PARTE III

AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO DELITO

21.	TEORIAS DA PENA E SUAS FINALIDADES	331
21.1.	Considerações iniciais.....	331
21.2.	Conceito de pena criminal	332
21.3.	História das penas	333
21.4.	Finalidades e funções da pena: teorias	333
21.4.1.	Teorias absolutas ou retributivas.....	334
21.4.1.1.	Críticas às teses retributivas.....	336
21.4.2.	Teorias relativas ou preventivas.....	337
21.4.2.1.	Prevenção geral.....	337
21.4.2.1.1.	Prevenção geral negativa.....	337
21.4.2.1.2.	Prevenção geral positiva	338
21.4.2.2.	Prevenção especial	339
21.4.3.	Teorias ecléticas.....	340
21.4.4.	Considerações conclusivas: a finalidade da pena hoje	341
21.5.	Espécies de penas	341
21.6.	A pena de morte no Brasil.....	342
21.7.	Destaque esquemático	343
22.	PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE.....	345
22.1.	Considerações iniciais.....	345
22.2.	Espécies de penas privativas de liberdade: reclusão, detenção e prisão simples	346
22.3.	Regimes penais	348
22.3.1.	Regime fechado	348
22.3.2.	Regime semiaberto	349
22.3.3.	Regime aberto	351
22.3.4.	Prisão domiciliar.....	352
22.4.	Regime Disciplinar Diferenciado	352
22.5.	Fixação do regime inicial	355
22.6.	Progressão e regressão de regime.....	356
22.6.1.	Progressão	356

22.6.1.1.	Progressão de regime antes do trânsito em julgado de decisão condenatória.....	359
22.6.1.2.	Interrupção do prazo para a progressão de regime.....	359
22.6.2.	Regressão.....	359
22.7.	Exame criminológico.....	360
22.8.	Detração penal.....	360
22.9.	Trabalho prisional.....	361
22.10.	Remição.....	361
22.11.	Limite das penas privativas de liberdade.....	362
23.	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	365
23.1.	Considerações iniciais.....	365
23.2.	Definição e espécies de penas restritivas de direitos.....	367
23.2.1.	Prestação pecuniária.....	368
23.2.2.	Perda de bens e valores.....	369
23.2.3.	Limitação de fim de semana.....	369
23.2.4.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	370
23.2.5.	Interdição temporária de direitos.....	371
23.3.	Conversão das penas restritivas de direitos.....	372
23.4.	Outras penas.....	373
23.5.	Casos emblemáticos.....	375
24.	PENAS PECUNIÁRIAS.....	377
24.1.	Considerações iniciais.....	377
24.2.	Tipos e origens das penas pecuniárias.....	377
24.3.	Questões dogmáticas fundamentais quanto à pena de multa.....	379
24.3.1.	Delineamentos da multa criminal.....	380
24.3.2.	Cumulação de multas.....	382
24.3.3.	Pagamento e execução da multa.....	382
24.4.	Multa e a busca pela legitimidade penal.....	385
25.	APLICAÇÃO DA PENA.....	387
25.1.	Considerações iniciais.....	387
25.2.	Individualização legislativa.....	388
25.3.	Dosimetria da pena.....	389
25.4.	Circunstâncias judiciais.....	391
25.4.1.	Culpabilidade.....	391
25.4.2.	Maus antecedentes.....	392

25.4.3.	Conduta social.....	395
25.4.4.	Personalidade.....	396
25.4.5.	Motivos, circunstâncias e consequências do crime.....	396
25.4.6.	O papel da vítima no fato.....	397
25.4.7.	Circunstâncias judiciais e fins da pena.....	397
25.5.	Circunstâncias legais.....	399
25.5.1.	Circunstâncias agravantes.....	400
25.5.1.1.	A questão da reincidência.....	400
25.5.1.2.	Demais circunstâncias agravantes.....	404
25.5.1.3.	Agravantes no caso de concurso de pessoas.....	407
25.5.2.	Circunstâncias atenuantes.....	408
25.5.3.	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes.....	411
25.6.	Causas de diminuição e de aumento de pena.....	412
25.7.	Individualização da pena de multa.....	415
25.8.	Síntese do cálculo da pena.....	417
25.9.	Individualização inicial executória.....	418
26.	CONCURSO DE CRIMES	421
26.1.	Considerações iniciais.....	421
26.2.	Espécies de concurso de crimes.....	422
26.2.1.	Concurso material.....	422
26.2.2.	Concurso formal.....	423
26.2.2.1.	Espécies de concurso formal e fórmula de cálculo.....	424
26.2.2.2.	Teses jurisprudenciais sobre o concurso formal.....	425
26.2.3.	Crime continuado.....	426
26.2.3.1.	Requisitos do crime continuado.....	427
26.2.3.2.	Espécies de crime continuado e regra para sua fixação.....	429
26.2.3.3.	Crime continuado e direito intertemporal.....	430
26.2.3.4.	A controvérsia judicial brasileira.....	430
26.3.	Multas no concurso de crimes.....	432
26.4.	Execução da pena no concurso de infrações.....	432
27.	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA E LIVRAMENTO CONDICIONAL	435
27.1.	Considerações iniciais.....	435
27.2.	Suspensão condicional da pena.....	436
27.2.1.	Revogação do <i>sursis</i> e prorrogação obrigatória do período de prova.....	438

27.2.2.	Extinção da pena	439
27.3.	Livramento condicional	439
27.3.1.	Requisitos do livramento condicional	441
27.3.2.	Condições do livramento condicional	444
27.3.3.	Revogação do livramento condicional	445
27.3.4.	Suspensão do livramento condicional	445
27.3.5.	Prorrogação do período de prova	446
27.3.6.	Extinção da pena	446
28.	EFEITOS DA CONDENAÇÃO E REABILITAÇÃO	447
28.1.	Considerações iniciais	447
28.2.	Efeito principal e efeitos secundários penais	448
28.3.	Efeitos secundários extrapenais	449
28.3.1.	Efeitos extrapenais genéricos	449
28.3.2.	Efeitos extrapenais específicos	451
28.4.	Reabilitação	458
29.	MEDIDAS DE SEGURANÇA	461
29.1.	Considerações iniciais	461
29.2.	Origens e evolução das medidas de segurança	463
29.3.	Espécies de medidas de segurança	465
29.4.	Prazo de duração da medida de segurança	466
29.5.	Execução, suspensão e extinção da medida de segurança	467
29.6.	Substituição da pena por medida de segurança	469
29.7.	Cessação de periculosidade	470
29.8.	Prescrição da medida de segurança	470
29.9.	Internação provisória ou preventiva	471
30.	AÇÃO PENAL	473
30.1.	Considerações iniciais	473
30.2.	Ação penal e suas espécies	474
30.2.1.	Ação penal pública	475
30.2.1.1.	Ação penal pública incondicionada	477
30.2.1.2.	Ação penal pública condicionada	478
30.2.2.	Ação penal privada	479
30.2.2.1.	Ação penal privada exclusiva	479
30.2.2.2.	Ação penal privada subsidiária da pública	480
30.3.	Perdão do ofendido	480
30.4.	Ação penal nos crimes complexos	481
30.5.	Ação penal em concurso de crimes	482

31. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	483
31.1. Considerações iniciais.....	483
31.2. Causas de extinção da punibilidade e suas hipóteses.....	484
31.3. Reconhecimento da extinção da punibilidade e seus efeitos.....	485
31.4. Classificação das causas de extinção da punibilidade.....	485
31.5. Morte do agente.....	486
31.6. Anistia, graça e indulto.....	487
31.7. Descriminalização (<i>abolitio criminis</i>).....	491
31.8. Decadência e perempção.....	492
31.9. Renúncia ao direito de queixa e perdão do ofendido.....	492
31.10. Retratação.....	493
31.11. Perdão judicial.....	493
31.12. Prescrição.....	494
31.12.1. Introdução ao tema da prescrição.....	494
31.12.2. Fundamento e natureza jurídica da prescrição.....	496
31.12.2.1. Teorias justificadoras.....	496
31.12.2.1.1. Teoria do esquecimento.....	496
31.12.2.1.2. Teoria da emenda.....	496
31.12.2.1.3. Teoria das provas.....	497
31.12.2.1.4. Teoria da expiação moral.....	497
31.12.2.1.5. Teoria psicológica.....	497
31.12.2.1.6. Conclusão quanto às teorias justificadoras.....	497
31.12.2.2. Prescrição: natureza jurídica.....	498
31.12.3. Histórico do instituto da prescrição.....	498
31.12.4. Disciplina brasileira da prescrição.....	499
31.12.4.1. Prescrição da pretensão punitiva.....	500
31.12.4.1.1. Prescrição da pretensão punitiva baseada na pena em abstrato.....	500
31.12.4.1.2. Prescrição da pretensão punitiva baseada na pena em concreto.....	508
31.12.4.2. Prescrição da pretensão executória.....	509
31.12.4.3. Prescrição antecipada.....	509
31.12.5. Prescrição de penas restritivas de direitos e de multa.....	510
31.12.6. Prescrição das medidas de segurança.....	510
31.12.7. Prescritibilidade e imprescritibilidade.....	510
31.12.8. Tabela de prazos.....	512
BIBLIOGRAFIA.....	513